



Revista grifos

E-ISSN: 2175-0157

grifos@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de
Chapecó
Brasil

Herrera Ortuño, Judit; Marques, Flávia Charão; Oliveira da Silva, Ana Lúcia
MULHERES, ERVAS MEDICINAIS E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: uma experiência no
Território do Médio Alto Uruguai/RS
Revista grifos, vol. 26, núm. 43, 2017, pp. 10-33
Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Chapecó, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967133002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MULHERES, ERVAS MEDICINAIS E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UMA EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MÉDIO ALTO URUGUAI/RS

Judit Herrera Ortuño*
Flávia Charão Marques**
Ana Lúcia Oliveira da Silva***

Resumo

A partir de um estudo etnográfico realizado junto a um grupo organizado de mulheres rurais, este trabalho traz a experiência destas em torno do debate da saúde e do uso de ervas medicinais, buscando evidenciar práticas e discursos na relação que essas mulheres estabelecem com a alimentação saudável e os sistemas de produção de base ecológica no Território do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. O entrelaçamento de práticas que envolvem a associação entre conhecimentos, plantas medicinais, organização social e ação política faz emergirem, nesse território, transformações na inserção das mulheres em projetos relacionados às políticas públicas de extensão rural e desenvolvimento territorial. É do entrelaçamento dessas práticas que parece emergir a mudança social.

Palavras-chave: Território. Ação coletiva. Gênero.

* Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: dosmiltresju@yahoo.es

** Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS); docente da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: flavia.marques@ufrgs.br

*** Mestra em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: gand030303@gmail.com

Introdução

O Território do Médio Alto Uruguai, na porção noroeste do Rio Grande do Sul, é reconhecidamente “rural”, na medida em que a maioria da população reside nas áreas consideradas rurais e que, desde uma perspectiva setorial, prevalecem as atividades relacionadas à agricultura. No entanto, aqui, destaca-se que essa “ruralidade” se constitui de composições heterogêneas de elementos sociais, culturais, ambientais, produtivos e econômicos, cujas interfaces geram uma miríade de potencialidades, mas, também, tensões e disputas. É neste contexto que se pretende destacar a experiência de um grupo de mulheres rurais organizadas em torno do debate da saúde e do uso de ervas medicinais, a fim de evidenciar práticas e discursos na relação que elas estabelecem com o que chamam de alimentação saudável e agroecologia¹ no território.

Este artigo tem por base a etnografia realizada pela primeira autora durante o ano de 2015, combinada com entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e análise documental. Dois eixos teórico-metodológicos fundamentam a reflexão proposta. O primeiro se refere a uma perspectiva que coloca centralidade nos atores sociais e na sua capacidade de agência, de modo a propor o entendimento dos processos de desenvolvimento como respostas descontínuas e não lineares, fundamentalmente, criadoras de heterogeneidades situadas localmente (LONG, 2007; ARCE; LONG, 2000). O segundo eixo parte da noção de que práticas sociais podem ser compreendidas como um “conjunto de ditos e feitos” estreitamente associados aos corpos e às materialidades (SCHATZKI, 2001, 2015).

Assim, o texto pretende contribuir com a reflexão crítica sobre as dinâmicas territoriais na sua interface com a abordagem de gênero, entendendo este como “[...] um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1991). Este trabalho se soma aos objetivos de pesquisas que têm colaborado para dar atenção à subvalorização do trabalho das mulheres rurais nas atividades produtivas e reprodutivas (SCHEFLER, 2008).

1 Por agroecologia, aqui se entende um novo enfoque científico que fundamenta os processos contínuos de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, objetivando transições graduais de um modelo convencional de produção agrícola para outros estilos de agricultura com princípios, métodos e tecnologias de base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

Nesse sentido, a partir da análise sobre a experiência de um grupo de mulheres no Território do Médio Alto Uruguai, este texto gira em torno dos debates atuais sobre o reconhecimento das mulheres como criadoras de novos conhecimentos e protagonistas de experiências de agricultura de base ecológica; da busca de inovações na divisão sexual do trabalho dentro da agricultura familiar; da promoção de autonomia econômica e política das mulheres rurais pela participação destas em espaços de decisão, produção e comercialização; da visibilidade e revalorização dos saberes tradicionais das mulheres e das práticas de “cuidado”, exercidas historicamente por estas a partir da construção social das identidades de gênero (SILIPRANDI, 2009).

Para isso, o texto é dividido em quatro partes. Na primeira, contextualiza-se a heterogeneidade do território, situando, nele, o grupo de mulheres das Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul.

Na segunda seção, são descritas as raízes das práticas construídas por essas mulheres, estabelecendo uma conexão entre as práticas cotidianas de elaboração e distribuição de remédios à base de ervas medicinais e a alimentação saudável.

A terceira seção contextualiza, de forma breve, a construção institucional de políticas públicas brasileiras para mulheres rurais nos Territórios da Cidadania. Nesse sentido, passa-se a visibilizar a organização coletiva dos grupos de mulheres do Território do Médio Alto Uruguai, entre os quais as Bruxinhas, para a inclusão do eixo de gênero dentro do plano territorial.

Finalmente, na quarta e última parte do texto, descrevem-se algumas das ações vinculadas à alimentação saudável e à produção de base ecológica, envolvendo as mulheres organizadas do território, dentre as quais, novamente, as Bruxinhas de Cristal do Sul.

Heterogeneidades emergentes no território

A produção de alimentos nesse território, tendo em conta a presença marcante dos povos indígenas originários,

teve também forte influência dos modos de vida dos agricultores que conformaram as chamadas *novas colônias*, estabelecidas na região a partir de 1925. As primeiras atividades de produção dos imigrantes italianos e alemães que ali chegaram se caracterizavam pela diversificação, sendo os alimentos destinados ao autoconsumo das famílias, ainda que houvesse produção de excedentes para comercialização. O processo de especialização produtiva e integração progressiva aos mercados, ocorrido a partir da década de 1960, modificou bastante este perfil, visto que a agricultura familiar entrou em um processo de intensa mercantilização (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008), gerando o aumento da dependência dos agricultores a tecnologias externas e deixando-os bastante vulneráveis às oscilações do mercado e aos desígnios da dinâmica agroindustrial. É assim que, atualmente, a maior parte das unidades de produção se mantém voltada ao mercado externo, produzindo especialmente grãos, como milho, soja e trigo, mas também está integrada às grandes cadeias de produção de aves, suínos, tabaco, entre outros produtos (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

No entanto, o desenvolvimento rural constitui um processo complexo e multifacetado, visto que uma diversidade de configurações locais de recursos, restrições e condições para a ação geram distintas formas de conhecimento local, que se tornam fundamentais para a produção e reprodução da heterogeneidade das vidas sociais (LONG, 2007). Tomando, então, a ideia de que os processos de intervenção sobre o desenvolvimento das localidades rurais produzem respostas heterogêneas, pode-se entender que, mesmo perante o cenário de aparente homogeneização provocada pelo processo de modernização agrícola no Médio Alto Uruguai, o resultado não é uma padronização técnico-produtiva ou uma estratificação socioeconômica fixa e bem delimitada. Ao contrário, os agricultores familiares deste território têm historicamente se mobilizado para criar múltiplas estratégias de reprodução social, focadas na agroindústria familiar, nas associações territoriais, nas redes rurais ou cooperativas

agrícolas. Além disso, é reconhecido que este território é o “berço do nascimento de movimentos sociais importantes hoje no Brasil” (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 12), como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Os processos de ocupação e de intensificação da agricultura modernizada, nesse território, foram moldando as identidades e, muitas vezes, estigmatizando socialmente aqueles que “ficaram para trás”. Porém, este processo não foi marcado somente por conflitos sociais, culturais, econômicos e ambientais, uma vez que se pode entender que as práticas “atrasadas” em relação à modernização e ao progresso são plenas de saberes e geradoras de relações fundamentais para outros modos de existência, ainda que, por vezes, invisibilizadas. Desse modo, tomando o desenvolvimento desde um olhar relacional e centrando este sobre os atores presentes no território, é possível destacar práticas sociais emergentes, mesmo existindo intervenções externas, que interferem nos modos de vida dos indivíduos e dos grupos sociais, já que elas são mediadas e transformadas por esses mesmos indivíduos (LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011).

É nesse contexto de heterogeneidade de respostas que emergem mundos de vida díspares, multiplicando expressões de saberes e práticas que se “desviam” de um suposto vetor desenvolvimentista esperado e padronizado. É justamente de tais discontinuidades que surgem formas expressivas de existência, como é o caso do grupo das Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul e sua Farmacinha Comunitária, que será apresentado a seguir.

Olhando para as práticas das Bruxinhas de Cristal do Sul

As raízes do grupo das Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul passam pela trajetória de ação coletiva das mulheres junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e

ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAG). Entretanto, o grupo, constituído exclusivamente por mulheres, iniciou suas atividades em 2005, e uma marca deste começo é a colaboração com outro Movimento, o das Mulheres Camponesas (MMC). Na época, oficinas de capacitação foram realizadas com o envolvimento de mais de 30 mulheres de Cristal do Sul, objetivando a “formação integral em plantas medicinais”. Esta formação não foi uma ação isolada, porque fez parte de um conjunto de ações inter-relacionadas que vinham se desenvolvendo desde 1994, processo este que levou ao estabelecimento e fortalecimento de mais de 70 “farmacinhas comunitárias”² em distintos municípios do Rio Grande do Sul, todas estas envolvendo grupos organizados de mulheres.

Longe da visão de um modelo pronto de farmacinha que se multiplica de forma padronizada, cada grupo de “Bruxinhas” reconfigura e ressignifica os conhecimentos e as práticas de cuidado em saúde por meio de seus próprios repertórios locais. Uma mistura permanente de dinâmicas de conhecimentos e práticas cotidianas de cada grupo vai consolidando um “saber-fazer”, que pode ser entendido como “[...] um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois se apropria de elementos externos, os transforma e absorve” (CERTEAU, 1998, p. 155).

2 Detalhes acerca do trabalho pioneiro com as chamadas farmacinhas comunitárias pode ser visto em: Erice, 2015.

Figura 1 – **Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul na Farmacinha Comunitária e elixires a base de plantas medicinais**



Fonte: Acervo da pesquisa (2015).

3 As agentes comunitárias de saúde (ACS) da Estratégia de Saúde da Família (ESF) são parte integrante da Atenção Primária à Saúde (APS), que “[...] é caracterizada pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde” (BRASIL, 2009, p. 16). Como parte do Sistema Único de Saúde (SUS), criado oficialmente pela Constituição Federal de 1988 para garantir o acesso ao atendimento público de saúde pela população brasileira, o trabalho das agentes de saúde objetiva constituir um elo de fortalecimento e integração entre os serviços de saúde da APS e a comunidade.

Em Cristal do Sul, o processo de formação do grupo de mulheres levou também à obtenção e a construção de um espaço próprio para instalar a Farmacinha junto à sede da Rádio Comunitária do município, vinculada esta última ao STR e levada ao ar cotidianamente pela liderança das Bruxinhas com seu marido. É, então, neste “cantinho da felicidade” (como elas chamam a farmacinha comunitária) que o grupo se encontra regularmente para a preparação coletiva de tinturas, elixires, xaropes, pomadas, entre outros produtos à base de plantas medicinais (Figura 1), assim como para o atendimento em saúde aberto à comunidade, considerando-se que algumas destas mulheres são também agentes comunitárias de saúde.³

As práticas relacionadas à recuperação da saúde fazendo o uso de plantas medicinais estão conectadas com diversas outras, não se restringindo somente ao uso medicinal, pois estabelecem relações mais complexas que envolvem aspectos de utilização alimentar, espiritual, cultural e em práticas ritualísticas. Em outras palavras, o extrativismo e o cultivo de plantas medicinais, assim como o consumo de chás e outros preparados, são aspectos atribuídos, certas vezes, a um passado. No entanto, tais práticas surgem do entrecruzamento de conhecimentos, tradicionalidade e heterogeneidade no mundo rural, provocando, de algum modo, uma crítica ao desenvolvimento como processo homogeneizante e unicamente legitimado pela ciência moderna.

Assim, longe de perpetuar uma visão dicotômica entre ciência biomédica e conhecimentos locais, o *saber-fazer* das Bruxinhas mostra a complexidade e o dinamismo da construção do conhecimento, envolvendo uma heterogeneidade de manifestações. Como argumentado por Guivant (1997), resulta do processo de modificação, invenção e reapropriação de vários conhecimentos em um fluxo contínuo. Logo, o conhecimento destas mulheres é reconfigurado e ressignificado dentro do grupo a partir das trajetórias de vida de cada Bruxinha e também a partir do *saber-fazer* que o grupo constrói coletivamente desde as necessidades, possibilidades e limitações cotidianas.

Durante os encontros semanais das Bruxinhas, são realizadas trocas constantes de receitas, de plantas, de sementes, de leituras, de reflexões, há um envolvimento que mescla “fazeres” e “dizeres” construídos conjuntamente, constituindo práticas sociais emergentes. Em cada época do ano, as mulheres vão indicando umas para as outras onde achar cada planta: “*tem um pé lá no morro*”, “*tenho duas mudas em casa, posso trazer*”. Essa troca permanente e a dinâmica de conhecimentos vão reconfigurando as práticas cotidianas das Bruxinhas na Farmacinha, deslocando a concepção de um conhecimento tradicional homogêneo e estático, ou mesmo da noção de um “saber puro” que precise ser conservado (GUIVANT, 1997). Então, também o conhecimento pode, aqui, ser interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado a suas experiências (ARCE; LONG, 1992).

Ivone, liderança do grupo, relata que as Bruxinhas sempre esclarecem que o trabalho que elas realizam é de “*prevenção*”, e que as pessoas da comunidade com problemas de saúde não devem deixar de buscar atendimento junto ao posto de saúde. Isto mostra, novamente, uma visão menos de oposição entre distintos corpos de conhecimento, e mais de complementaridade entre estes. Ouve-se as mulheres dizendo que: “*descobrimos que nossa doença não era doença*”, e que “*as pessoas sabem se sanar*”. É assim que o *saber-fazer* das Bruxinhas se fundamenta na confiança das capacidades regulatórias do organismo e na confiança do potencial autônomo das pessoas para cuidarem, até certo limite, da sua saúde.

Além do preparo e da distribuição dos remédios, a Farmacinha Comunitária se constitui como espaço de organização coletiva, de fortalecimento e de cura das mulheres de Cristal do Sul. Segundo Charão-Marques et al. (2015), fazer remédios à base de plantas medicinais é uma ponte para o cuidado coletivo, para a auto-organização das mulheres e para uma ação política orquestrada desde o lugar onde as práticas se desenrolam. É justamente destas práticas que mesclam os elementos saúde, a solidariedade, os remédios em si e a ação

política que vai surgindo no grupo a preocupação coletiva com a “alimentação saudável”, percebida por elas, como uma das formas de prevenção para a saúde da comunidade; porém, vinculada aos questionamentos que essas mulheres passam a fazer em relação ao modelo de agricultura que prevalece no território.

Alimentação saudável, as mulheres ampliam suas práticas

Em 2006, quando as Bruxinhas concluíram sua capacitação, houve uma *formatura do grupo*, momento marcado por uma missa na Capela Imaculada Conceição. Elas gostam de lembrar-se do momento, e o episódio vivido pelo grupo está bem elaborado no trabalho de Aliete Martins (2012), filha de uma das mulheres, que editou uma reportagem quando estudava jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria. Segundo Ivone, nesse dia, “a igreja de Cristal do Sul lotou” e, no “momento do perdão”, que é quando as pessoas podem “se liberar das coisas ruins, negativas”, as mulheres pediram “perdão pelo mal feito à natureza”. Indo além, as mulheres surpreenderam a comunidade ao fazer entrar na igreja, justamente no momento do perdão, a Dona Alzira, “a mais velha do grupo”, que entrou no local completamente vestida de preto, trazendo amarradas ao corpo embalagens de “veneno”, arrastando dramaticamente os vasilhames vazios em uma performance deliberadamente pensada para chamar a atenção. Elas contam que: “foi muito forte, todo mundo ficou surpreso”. Como permaneceu registrado, “[...] o grupo encenou para a comunidade o que ocorre com as pessoas que utilizam de agrotóxicos nas plantações, o mal que causam no meio ambiente e sua saúde e de seus familiares” (MARTINS, 2012, p. 5).

Esta narrativa trazida aqui é emblemática para mostrar como o processo de auto-organização das mulheres de Cristal do Sul, que resulta em uma série de práticas materializadas na elaboração de remédios à base de plantas medicinais, passa também a ampliar seu alcance. A ampliação surge em termos

do discurso, que essas mulheres corajosamente fazem vir à tona, na medida em que a problemática dos agrotóxicos é aguda no território e foco de tensões, inclusive, no interior de suas famílias, considerando que muitos dos maridos ainda não estão dispostos a sair da agricultura convencional. Contudo, para além do discurso, a performance deliberadamente organizada se configura tanto como uma distintiva prática comunicativa (MISCHE, 2003), como em termos de novas práticas sociais.

As mulheres ressaltam com frequência a “*preocupação com a alimentação saudável*”, o que é muito bem posicionado por elas como parte do “*trabalho de prevenção*”. Assim, da construção cotidiana e coletiva da noção de saúde integral, elas acabam por estabelecer uma associação com os problemas vivenciados pelo uso dos agrotóxicos, e, um pouco mais tarde, com a agroecologia. Nesse sentido, destacam-se duas práticas específicas que se desprendem destas inter-relações. Uma é a ideia compartilhada entre as mulheres de inaugurar um “*restaurante popular*” e a outra é a intensificação dos processos de organização de modo a disputar reconhecimento no espaço público, o que pode concretizar, por exemplo, o acesso a determinadas políticas públicas. Tomando as palavras de Schatzki (2015), possivelmente se entenda que tais iniciativas são constituintes de um “*feixe de práticas*” que podem estar moldando mudanças sociais importantes.

As mulheres usam o termo “*restaurante popular*” para designar uma iniciativa de oferecimento de almoços para as pessoas da cidade ou que venham à sede do município por diversas razões (*e.g.*, ir ao médico, ou ao banco, resolver algo no sindicato etc.). A ideia é que elas mesmas cozinham, utilizando produtos procedentes de suas *roças* e quintais. Consolidando-se o restaurante, elas poderão, então, adquirir alimentos de outros agricultores, com a importante ressalva de que sejam *sem veneno*. A intenção é explícita, com a instalação do restaurante na área urbana do município elas têm a intenção de promover, ao mesmo tempo, geração de renda para o grupo e a valorização dos produtos e receitas locais. Assim, elas mencionam que este

é um “*sonho coletivo*” que pode levar à “*valorização da comida da roça*”. No entanto, reportam que ainda não conseguiram os recursos necessários para concretizar o plano, em especial, porque as exigências legais para instalar um empreendimento desta natureza são complexas e demandam um investimento muito alto para as mulheres.

Ao perseguir o “sonho do restaurante”, elas dialogam entre si e se dão conta de que necessitam avançar no que tange aos conhecimentos sobre a produção ecológica de alimentos. Por isso, mobilizam sua atuação em rede de modo a se fortalecerem juntamente com outros grupos de mulheres do Território do Médio Alto Uruguai. O processo em rede no território culmina com a conquista da aprovação de duas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres Rurais, envolvendo processos de formação em agricultura ecológica.

Todavia, é necessário esclarecer que o engajamento para uma atuação “em rede” não é um acontecimento pontual, o que se reconhece aqui como uma prática social que emerge de um emaranhado de outras ações que envolvem, também, a disputa pela inserção das questões de gênero na relação com o Estado. Nesse sentido, destaca-se que, no Território da Cidadania⁴ do Médio Alto Uruguai, o eixo de gênero nem sempre fez parte do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)⁵. Sobre o primeiro plano, Salete, nutricionista e integrante do núcleo de mulheres do Colegiado do desenvolvimento territorial (Codeter), relata o seguinte:

[...] A gente não conseguiu fazer com que a gente colocasse políticas das mulheres nem da produção de alimentos especificamente. Esse aqui é de 2006. Foi o primeiro plano que a gente fez. E muito menos se colocar como mulheres na região, no colegiado. Tanto que não tinha representação das mulheres [...]. Dentro dos eixos em que o plano foi construído[...] foi quatro ou cinco eixos e só[...]. Passou esse período de 2006 a 2010, quando a gente teve que fazer a reconstrução do plano. (Salete – informação verbal).

Salete narra como foi constituído, entre 2008 e 2009, o Núcleo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Médio Alto

4Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania, trabalhando com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais. Em cada território, foi estabelecido um Conselho Territorial, composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, com responsabilidade de determinar um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008).

5 A primeira edição PTDRS do Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai foi realizada em 2006. O PTDRS constitui uma guia dos eixos norteadores e das ações a serem implementadas para o desenvolvimento rural sustentável naquele território específico (FLORES; PRESTES, 2006).

Uruguai, como parte do colegiado, a partir da articulação de distintos grupos de mulheres que já vinham trabalhando nos municípios do território desde longa data, mas de forma isolada, como: o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), os grupos de mulheres do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), o Coletivo de Mulheres da Agricultura Familiar da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), mulheres ligadas à Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR/SUL), representantes do projeto ECOSOL do Grupo de Economia Solidária da Universidade Regional Integrada (URI), o Grupo de Agroecologia do Território (GAT), o grupo As Camponesas da Sagrada Família, o grupo de mulheres da agroindústria Cheiro da Mata de Seberi, entre outras (Figura 2).

Figura 2 – Articulação das mulheres na criação do Núcleo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Médio Alto Uruguai



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

A articulação destes coletivos como parte do recém-formado Núcleo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do território resultou na inclusão do eixo de gênero no PTDRS de 2010, não sem precisar encarar, antes, resistências dentro do próprio colegiado. Como consta no próprio plano territorial, a construção coletiva do eixo de gênero ficou sintetizada da seguinte forma:

a) **Ações:** promover e fortalecer o empoderamento e a autonomia das mulheres; fortalecer e consolidar as experiências de organização da economia feminista do território; fortalecer a economia feminista e solidária que está sendo realizada pelos grupos de mulheres, no território; fortalecer a cidadania através do acesso a direitos sociais; fomentar outras alternativas de produção feminista; incentivar a documentação das mulheres do campo e da cidade; organizar a produção e comercialização dos produtos gerados pela economia feminista; fortalecer as iniciativas de projetos do PAA e merenda escolar; fortalecer o trabalho com plantas medicinais: viabilizar farmácias alternativas de fitoterápicos; viabilizar o acesso ao saneamento básico; possibilitar formação social e política às mulheres; combater a violência contra a mulher; fortalecer as relações sociais de gênero; incentivar a criação de banco de sementes crioulas; garantir ATER às mulheres; garantir o acesso das mulheres do campo e da cidade às políticas públicas; promover a formação de mulheres agricultoras (familiar e camponesa) no âmbito técnico, político, legislação e trabalho; promover ações de lazer; apoio à infraestrutura e agroindustrialização para grupos produtivos de mulheres. b) **Projetos:** realizar curso de formação de mulheres agricultoras (familiar e camponesa) de cunho técnico, político, legislativo e de trabalho; capacitação e prática em temas diversos a serem trabalhados com grupos de mulheres respeitando a individualidade de cada grupo. c) **Monitoramento e Avaliação:** número de mulheres envolvidas; entidades envolvidas. (FLORES; PRESTES, 2010, p. 42).

Nos anos recentes, as instituições públicas, no Brasil, foram capazes de construir um entendimento sobre a autonomia das mulheres rurais a partir de uma perspectiva centrada na inclusão produtiva. Apenas a título de exemplo, podem-se citar estratégias colocadas em marcha de modo a melhorar o acesso às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, como no caso do extinto Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (PNOPMR), que tinha como objetivo:

[...] fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais [...] de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural. Este programa integra também as políticas ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania. (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 31).

Do mesmo modo, desde meados dos anos 2000, cresceu o debate sobre a inclusão do enfoque de igualdade de gênero por dentro da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), consolidada na Lei de ATER de junho de 2010. Nesta linha, “[...] uma diversidade de instituições tem se engajado na implementação de ATER para mulheres, o que também demonstra o alcance da internalização dos novos parâmetros [de gênero] estabelecidos” (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 97). Também, no processo de garantia da igualdade de gênero dentro da gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável nos territórios rurais, foram promovidas ações de formação e capacitação das mulheres rurais com o objetivo de ampliar o acesso destes grupos de mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o crédito rural para mulheres, a exemplo do Pronaf Mulher.

Muitos destes avanços têm relação com esforços específicos empreendidos pela extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), direcionada a garantir a transversalidade nas políticas dos diferentes ministérios e demais órgãos federais, assim como pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No entanto, ainda que o conjunto de políticas tenha sido o ponto-chave na promoção da autonomia das mulheres, cumpre, aqui, enfatizar e dar visibilidade para a ação local desses grupos de mulheres, como na inclusão do eixo de gênero no plano territorial do Médio Alto Uruguai.

Nesse sentido, é parte do argumento desenvolvido, neste texto, que a ação política das Bruxinhas está diretamente relacionada ao “*falar e fazer*”, ou seja, às práticas que elas são capazes de estabelecer ao associar as ervas medicinais, a rádio comunitária, o debate sobre alimentação saudável e uma multiplicidade de outros elementos. Tais nexos ou múltiplas associações têm também o potencial de provocar outras formas de identidade, de qualidade, de organização, de capacidades e significados, ainda que as recomposições entre eles sejam imprevisíveis e mutantes (ARCE; LONG, 2000). Em outras palavras, é do entrelaçamento dessas práticas que parece emergir a mudança social.

As Bruxinhas e a alimentação saudável

Com as demandas reconhecidas oficialmente no colegiado e no plano territorial, as demandas específicas das mulheres passaram a ser discutidas e aprimoradas no Núcleo. Com isto, ampliaram-se as possibilidades de acesso às políticas públicas direcionadas às mulheres. Após um longo processo de organização e articulação dos grupos de mulheres, por intermédio do novo Núcleo, passaram a participar também das Conferências de ATER estadual e nacional, e, finalmente conseguiram, em novembro de 2011, a aprovação de uma chamada pública de ATER para Mulheres Rurais no Território do Médio Alto Uruguai, que passou a ser executada entre janeiro de 2013 e janeiro de 2014 pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP)⁶.

Em 2014, foi aprovada uma segunda chamada pública, que garantiu a continuidade do processo. A proposta da chamada “ATER Mulheres e Agroecologia” foi construída pelo Núcleo de Mulheres do colegiado junto com o CETAP, e levou o título de “*Protagonismo das Mulheres promovendo Agroecologia no Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai*”⁷. O foco de ação se desenvolveu na interface entre gênero e alimentação saudável como parte integrante do desenvolvimento rural sustentável do território, como mostra o trecho a seguir:

6 O CETAP é uma organização da sociedade civil criada em 1986, com sede na cidade de Passo Fundo, que visa contribuir para a construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos. Informações obtidas em: <<http://www.cetap.org.br/site/quem-somos/>>.

7 Proposta Técnica para ATER Mulheres e Agroecologia. Território da Cidadania Médio Alto Uruguai/RS. Chamada Pública nº 01/2014/DPMRQ/MDA, Lote 3.

[...] Construir novas estratégias de desenvolvimento que levem em conta a multidimensionalidade e multifuncionalidade do meio rural torna-se uma necessidade no contexto atual da agricultura. [...] Avançar para sistemas de produção de base ecológica, que valorizem a produção diversificada. Também é fundamental construir formatos de circulação, distribuição de alimentos mais solidários e que aproximem as agricultoras dos consumidores, criando circuitos curtos de comercialização e fortalecendo os sistemas agroalimentares localizados. [...] Da mesma forma, precisamos criar oportunidades iguais para que as mulheres e jovens participem ativamente nas unidades de produção, tanto nos processos produtivos, quanto na comercialização e gestão dos recursos. (CETAP, 2014, p. 5).

Figura 3 – Horta ecológica da liderança das Bruxinhas junto à Farmacinha Comunitária; Encontro de formação em agricultura de base ecológica em Cristal do Sul



Fonte: acervo da pesquisa (2015).

As ações da segunda chamada pública, executada entre 2015 e 2016, envolveram 240 mulheres de 19 municípios, organizadas em 12 grupos. Assim, foram sendo realizadas ações de formação com os grupos de mulheres do território a partir dessas duas chamadas, objetivando a organização produtiva em torno dos alimentos que elas já produzem habitualmente para a família nos seus quintais, mas que não têm sido reconhecidos em termos de renda, para possibilitar, dessa forma, a comercialização de seus produtos alimentares (em especial, para produtos agroecológicos).

Nesse sentido, as Bruxinhas de Cristal do Sul, além de terem feito parte do processo de articulação das mulheres no território, participaram direta e ativamente dos dois processos de formação em agricultura de base ecológica (Figura 3). Na primeira etapa de capacitação, durante o ano de 2013, deslocaram-se até Ametista do Sul (município vizinho) para participar dos distintos encontros de formação juntamente com o grupo de mulheres deste município. Já na segunda etapa de capacitação, durante 2015 e 2016, conseguiram envolver outras mulheres rurais de Cristal do Sul e atingir o número de 24 participantes, passando, então, a realizar os encontros no próprio município.

Este envolvimento das mulheres no processo de formação sobre a produção de alimentos de base ecológica se mostrou importante para o fortalecimento da sua autonomia. Segundo Salete, que passou a acompanhar estes grupos como extensionista do CETAP para as duas chamadas públicas, as mulheres rurais constroem autonomia quando decidem aquilo que querem produzir nos seus quintais, e quando percebem que os recursos econômicos conseguidos por meio da comercialização dos seus produtos oferecem um retorno financeiro para as suas casas. Essa percepção sobre a autonomia das mulheres rurais na produção e comercialização de seus produtos de base ecológica vai ao encontro da afirmação de que os sistemas de produção diversificados favorecem o acesso das mulheres à renda e proporcionam o aumento da participação destas nos espaços de decisão da unidade familiar (AGUIAR; ROSA, 2008). Assim, o reconhecimento social e a valorização econômica dos produtos relacionados tradicionalmente ao trabalho feminino, como a horta e as plantas medicinais, têm possibilitado a inserção do trabalho das mulheres rurais no espaço produtivo, incentivando sua maior participação nos espaços públicos (AGUIAR; ROSA, 2008).

A ação em rede, que mencionamos anteriormente, faz parte da construção de autonomia por parte das Bruxinhas, indo além da sua relação com as organizações estatais ou as políticas públicas. Com isto, os laços que favorecem a ação

coletiva das mulheres rurais se expandem também na sua ligação com os movimentos sociais, dentre eles, o já citado MPA. Este é um movimento social que surgiu, em 1996, no Rio Grande do Sul, como forma de organização e mobilização das famílias de pequenos agricultores, visando à melhoria de suas condições de vida no campo e partindo da compreensão de que os investimentos públicos na época favoreciam principalmente o modelo de modernização agrícola em expansão, deixando à margem estas famílias que produziam uma diversidade de alimentos nas suas pequenas propriedades. Mais recentemente, o MPA e outros movimentos do campo têm construído e defendido o Plano Camponês, que afirma o campesinato como o sujeito político e histórico capaz de erguer este outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro com base na “[...] produção de alimentos saudáveis, na produção de energias renováveis, no cuidado com a natureza e na geração de postos de trabalho descentralizado” (SILVA, 2012, p. 57).

Essa proposta de agricultura do Plano Camponês se baseia nos “sistemas camponeses de produção” altamente diversificados e multifuncionais, como parte do que o MPA chama de “novo paradigma da ALIMERGIA”, que pretende integrar a produção de alimentos, a produção de insumos biominerais para a agricultura orgânica, energias renováveis e preservação ambiental. Nesta linha, uma ação recente do movimento tem sido o estabelecimento do Centro Territorial, localizado no município de Seberi (cerca de 20 Km de Cristal do Sul) e organizado pela Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda. (Cooperbio), ligada ao MPA. As propostas do Movimento para o Território da Cidadania Médio Alto Uruguai são:

[...] Nossa proposta se baseia em que devemos nos tornar um território com capacidade de comandar nosso destino e não apenas em um território do fazer o que os outros definem, reproduzindo modelos externos e dependentes de desenvolvimento. Acreditamos

desta forma que o importante não é a territorialização das políticas públicas e sim a construção de projetos coletivos territorializados. (SILVA, 2012, p. 59).

Recuperamos, aqui, essas diretrizes porque as novas relações mencionadas que vão se entrelaçando e se consolidando no território fazem parte das interfaces que os distintos grupos de mulheres (alguns convergentes no Núcleo) acabam por estabelecer, no sentido de ir além do uso das plantas medicinais e das ações mais específicas em saúde. Com isso, há outros ganhos no que tange à visibilidade e ao protagonismo feminino, o que parece corroborar com outros resultados, como em Charão-Marques et al. (2015), quando os autores mostram como a necessidade de materializar a articulação das mulheres dentro do MPA conduziu o Coletivo de Mulheres a propor o “*Projeto de Capacitação de Agricultores Familiares para a Transição do Modelo Agrícola*” em 2008. Os autores registram a fala de uma liderança do MPA: “*as plantas medicinais são a porta de entrada*”, de forma a explicitar como a organização em torno das plantas medicinais se constitui como ação estratégica para a articulação das mulheres do movimento em outros debates (CHARÃO-MARQUES et al., 2015, p. 164). Evidencia-se, então, que a ação coletiva, que começou com o uso das plantas e o “fazer remédios”, configura-se como estratégica em processos ligados à emancipação e visibilidade das mulheres rurais, bem como para sua participação no avanço de sistemas de produção de base ecológica e alimentação saudável no território.

Considerações finais

O trabalho trouxe à reflexão a experiência de um grupo de mulheres que vem garantindo o funcionamento de uma Farmacinha Comunitária no município de Cristal do Sul. As mulheres desenvolvem uma série de ações a partir do debate da saúde e do uso de ervas medicinais, o que cria uma dinâmica de transformação de conhecimentos, muitas vezes, resultando em práticas sociais, que mesclam os “fazereres” e “dizeres” das

Bruxinhas de Cristal do Sul. Buscou-se evidenciar práticas e discursos na relação que elas foram estabelecendo com o que chamam de alimentação saudável e, posteriormente, com políticas públicas incentivadoras de sistemas de produção agrícola de base ecológica.

Percebeu-se, então, a partir das experiências de organização das mulheres rurais em torno do cuidado em saúde e da alimentação saudável no Território do Médio Alto Uruguai, que a ação coletiva dos grupos de mulheres promove a construção de um entrelaçamento de práticas, estas que – tomadas em seu conjunto – parecem inaugurar novas possibilidades de mudança social, potencializando múltiplas associações entre a ação coletiva e as novas materialidades, neste caso, significadas como alimentação saudável, isto é, oposição ao uso de agrotóxicos e aprendizado sobre a produção ecológica de alimentos. Dessa forma, essas mulheres fazem frente ao modelo universalizante de desenvolvimento econômico regional fundamentado na perpetuação da modernização agrícola.

Os grupos de mulheres rurais organizados nesse território mostraram, também, seu protagonismo na demanda e disputa das políticas públicas para o território, visibilizando as questões de gênero, saúde da comunidade, produção de base ecológica e alimentação saudável. Assim, é possível considerar que suas ações coletivas se encontram na interface entre o desenvolvimento territorial e a segurança alimentar e nutricional, compreendendo esta última para além do acesso aos alimentos, e envolvendo os processos de saúde e valorização dos hábitos alimentares localizados. Todavia, é importante registrar que possíveis discontinuidades nas políticas e projetos engendrados podem comprometer a intensidade das transformações e/ou acirrar disputas no território.

O “*falar e fazer*” está relacionado à ação política das Bruxinhas, ou seja, às práticas que elas estabelecem ao associar as ervas medicinais, a rádio comunitária, o debate sobre alimentação saudável e uma multiplicidade de outros elementos. Suas múltiplas associações têm, ainda, o potencial

de engendrar outras formas de identidade, de qualidade dos alimentos, de organização social, de capacidades e significados, embora as recomposições sejam constantes e imprevisíveis. Portanto, é desse complexo de práticas sociais que parece emergir a mudança social.

Referências

AGUIAR, Vilênia Venâncio Pôrto; ROSA, Edenilse Pellegrini da. Sistemas de produção e gênero na agricultura familiar. In: FLORIANÓPOLIS: FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 25-28 ago. 2015. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-6.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. The dynamics of knowledge. Interfaces between bureaucrats and peasants. In: LONG, Norman; LONG, Anne. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development.** Londres: Routledge, 1992. p. 211-246.

_____.; _____. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: _____.; _____. (Ed.). **Anthropology, Development and Modernities.** Exploring discourses, counter-tendencies and violence. Routledge: London, 2000. p. 1-31.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania:** Brasil 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **O trabalho do agente comunitário de saúde.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2001, Botucatu (SP). **Anais...** Botucatu: UNESP/FCA/DGTA, 2001. p. 1-19.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES. **Proposta Técnica para ATER Mulheres e Agroecologia**. Território da Cidadania Médio Alto Uruguai/RS. Chamada Pública nº 01/2014/DPMRQ/MDA Lote 3. Passo Fundo: CETAP, 2014.

_____. **Quem somos**. 2015. Disponível em: <<http://www.cetap.org.br/site/quem-somos/>>. Acesso em: 5 set. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHARÃO-MARQUES, Flávia et al. As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 155-181, 2015.

ERICE, Adriana Samper. **Espaço de vida, espaço de luta**: um estudo etnográfico da farmacinha comunitária da Solidão em Maquiné, RS. 2015. 56 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FLORES, Antonio Joreci; PRESTES, Rosi Maria Prestes (Org.). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Melhoria na matriz produtiva agrícola regional. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2006.

_____.; _____. (Org.). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**. Melhoria na matriz produtiva agrícola regional. 2. ed. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2010.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

_____.; PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

MARTINS, Aliete P. **Projeto experimental de grande reportagem**: “Bruxinhas de Deus, mensageiras da luz e da saúde”. Frederico Westphalen: UFSM, 2012. Manuscrito.

MISCHE, Ann. Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003. p. 1-26.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Márcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2008.

_____.; _____. Spaces of practices and of large social phenomena. **Space Temps**, 24 March, 2015. Disponível em: <<http://www.spacestemp.net/articles/spaces-of-practices-and-of-large-social-phenomena>> Acesso em: 7 abr. 2016.

SCHATZKI, Theodore R. Introduction: Practice Theory. In: _____.; CETINA, Karin Knorr; SAVIGNY, Eike von. **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001. p. 1-14.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Temas transversais na agricultura familiar: pesquisa e método sob o enfoque de gênero e gerações. In: FLORIANÓPOLIS: FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 25-28 ago. 2015. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-8.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott. *Gender: An Useful Category of Historical Analyses*. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 1991.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Marcelo L. T. da. **Agricultura camponesa**. Contribuição à construção dos sistemas camponeses de produção. Palmeira das Missões/RS: Grafimax, 2012.

Submetido em: 10/10/2017

Aceito em: 18/11/2017

WOMEN, MEDICINAL HERBS AND HEALTHY FOOD: AN EXPERIENCE IN THE TERRITORY OF MÉDIO ALTO URUGUAI, RS

Abstract

Based on an ethnographic study carried out with an organized group of rural women, this work brings their experience around the health debate and the use of medicinal herbs, seeking to evidence practices and discourses in the relationship that these women establish with healthy eating and ecologically based production systems in the Territory of the Médio Alto Uruguai of Rio Grande do Sul. The intertwining of practices that involve the association between knowledge, medicinal plants, social organization and political action makes it appear in this territory, transformations in the insertion of women in projects related to public policies of rural extension and territorial development. It is from the interweaving of these practices that social change seems to emerge.

Keywords: Territory. Collective Action. Gender.